



Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Extra Nº 4455

Sábado - 10 de Fevereiro de 2024

Florianópolis/SC

Sumário

EDIÇÃO EXTRA

Associações

AMAI.....2

Consórcios

CIDIROS23

CIGA24

CISAMARP35

CISAMAVI36

CISNORDESTE38

CODEPLAN.....40

CVC.....48

CIGAMVALI.....54

ASSINATURA DIGITAL



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina



Associações

AMAI

AUTORIZAÇÃO ABERTURA DE COMPRA - CONTRATAÇÃO VERBAL - AQUISIÇÃO DE FRIGOBAR

Publicação Nº 5603117



AUTORIZAÇÃO DE COMPRA/CONTRATAÇÃO

Conforme requisição de compra/contratação apresentada pela Secretaria Executiva da AMAI; autorizo a abertura de procedimento de contratação verbal para aquisição de 01 (um) Frigobar que contenha controle de temperatura; que constituirá patrimônio da Associação.

Xanxerê, SC, 09 de fevereiro de 2024.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Presidente da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI)

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI
Floriano Peixoto, 100 - Centro - Xanxerê - SC
www.amaisc.org.br 1491 3433 0040

REQUISIÇÃO DE CONTRATAÇÃO - AQUISIÇÃO DE FRIGOBAR - AMAI

Publicação Nº 5603114

**REQUISIÇÃO DE CONTRATAÇÃO****Processo de compra e contratação nº. 003/2024 – AMAI****Contratação Verbal Nº. 001/2024****I – CONTRATANTE:**

A Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 83.678.086/0001-33, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê/SC, Cep 89.820-000, por intermédio da Secretaria Executiva.

II – CONTRATADA:

Electrolux do Brasil S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.487.032/0001-25, com sede na Rua Ministro Gabriel Passos, nº 360, Bairro Guabirota, no município de Curitiba/PR, Cep 81.520-900.

III – OBJETO:

O objeto é Aquisição de 01 (um) Frigobar que contenha controle de temperatura, mediante as seguintes características:

- *Compartimento Extra Frio;*
- *Temperatura que varia, em no mínimo, entre -2°C e 10°C; podendo ser inferior à -2°C, mas não superior a 10°C;*
- *Volume mínimo de 47L e máximo de 50L;*
- *Medidas máximas: A X L X P / 60cm X 50cm X 60cm;*
- *Voltagem: 220V.*



Considerando que o Frigobar existente na AMAI (marca Cadence Gourmet FGB 500) está em desuso em razão de estar com defeito insanável; torna-se imprescindível a aquisição de outro Frigobar que atenda aos requisitos similares, possibilitando o armazenamento e resfriamento de água e alimento servidos durante as reuniões da Presidência; de Colegiados; reuniões de autoridades públicas, cursos, etc.

IV - DO PREÇO:

À luz do orçamento disponível da AMAI para aquisição de Frigobar, e levando em consideração os orçamentos obtidos via internet; apurou-se a média de R\$ 1.133,95 (mil, cento e trinta e três reais e noventa e cinco centavos); considerado ser esse o preço máximo para pagamento.

Além da pesquisa de preços via internet, foi publicada no site da AMAI e no Diário Oficial dos Municípios, com prazo de 04 (quatro) dias, para que quaisquer interessados apresentassem propostas. Esgotado o prazo, registra-se que não houve novas propostas.

Perscrutando as propostas apresentadas, consagrou-se vencedora a que ofertou o preço de R\$ 989,00 (novecentos e oitenta e nove reais), optando-se pela aquisição diretamente com a fabricante do produto.

V - DA VIGÊNCIA:

Entrega deverá ser realizada em até 07 (sete) dias úteis a contar do pagamento, se realizado via internet. Se presencial, a entrega deverá ser de até 05 (cinco) dias, cujo pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias consecutivos a contar da entrega e da emissão da nota fiscal.

VI – JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Frigobar existente na AMAI (marca Cadence Gourmet FGB 500) está em desuso em razão de estar com defeito insanável; torna-se imprescindível a



aquisição de outro Frigobar que atenta aos requisitos similares, possibilitando o armazenamento e resfriamento de água e alimento servidos durante as reuniões da Presidência; de Colegiados; reuniões de autoridades públicas, cursos, etc.

No que tange ao preço do objeto, foi realizada a cotação via internet de 07 (sete) fornecedores diferentes, inclusive de marcas diferentes; sendo que o preço mais baixo apresentado foi no valor de R\$ 989,00 (novecentos e oitenta e nove reais), mais o frete em apartado.

Concernente à escolha do fornecedor, optou-se pela compra diretamente com a fabricante da marca, isso sem mencionar que o prazo de entrega era o menor, consistindo em 07 (sete) dias úteis.

Dessa forma, entendemos estar devidamente justificada a aquisição do Frigobar com a empresa Electrolux do Brasil S/A.

Xanxerê (SC), 09 de fevereiro de 2024.

INGRID ALINE PIOVESAN
Secretária Executiva
Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI

RESOLUÇÃO Nº 003.2024 - MANUAL DE CONTRATAÇÕES DE COLABORADORES DA AMAI

Publicação Nº 5602887

RESOLUÇÃO N. 003/2024.**ESTABELECE NORMAS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL NO ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI – AMAI.**

A PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI, Sra. Clori Peroza, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 26 do Estatuto Social e,

Considerando a natureza jurídica da AMAI, constituída sob a forma de associação civil, pessoa jurídica de direito privado, nos termos dos artigos 53 e seguintes da Lei n. 10.406/2002;

Considerando a subsunção ao regime jurídico de direito privado relativamente à celebração e execução de contratos;

Considerando a origem eminentemente pública das receitas arrecadadas pela Entidade, oriunda especialmente das contribuições estatutárias transferidas por seus associados – os municípios, Entes de direito público interno –, atraindo a aplicação dos princípios próprios à utilização de recursos públicos, em conformidade com as legislações vigentes¹ e a posição dos Tribunais Superiores e de Contas²;

Considerando a relevância da fixação de procedimentos de *compliance*, a fim de fazer cumprir as normas legais, regulamentares, políticas e diretrizes da entidade, provendo o controle interno da instituição dos mecanismos de detecção de eventuais irregularidades;

Considerando a pertinência da edição de regulamento especial a disciplinar o procedimento para celebração de contratos pela AMAI, pautado pela impessoalidade, transparência, moralidade, publicidade e eficiência dessas contratações, mantido o regime jurídico de direito privado;

Considerando a Lei Estadual nº 18.254 de 11 de novembro de 2021, que dispõe sobre as associações de municípios no Estado de Santa Catarina previstas no art. 114, § 3º da Constituição Estadual;

¹ Art. 11 do Decreto federal n. 6.170/09 e art. 50 do Decreto estadual n. 127/2011.

² STF - ADI n. 1864; TCE/SC – Prejulgados ns. 432 e 1241; TCU - Acórdãos ns. 1192/2010 e 3239/2013.

Considerando a Lei Federal nº 14.341, de 18 de maio de 2022, que dispõe sobre a associação de representação de municípios, e altera a Lei nº 15.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

Considerando a deliberação da Assembleia Geral dos Municípios realizada no dia 08 de fevereiro de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º A seleção de pessoal no âmbito da Associação subordinar-se-á ao disposto na Lei Estadual n. 18.254/2021, na Lei Federal n. 14.341/2022, no Estatuto Social e ao procedimento estabelecido nesta Resolução, observados os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade e eficiência.

§ 1º A contratação dos colaboradores será mediante o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

§ 2º Os direitos e deveres dos colaboradores contratados pela Associação são aqueles inseridos no contrato individual de trabalho, na organização interna da Entidade e nos documentos do processo seletivo de contratação.

§ 3º Não se aplicam aos colaboradores da Associação a estabilidade prevista no artigo 41 da Constituição Federal, tampouco direitos ou obrigações constantes dos regimes jurídicos adotados pelos municípios associados.

§ 4º As regras previstas nesta Resolução não se confundem com processos seletivos simplificados ou concursos públicos para seleção e contratação de servidores públicos, empregados públicos ou agentes públicos temporários.

Art. 2º São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional da Associação:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações eleitorais e militares, se do sexo masculino;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho;

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VI - aptidão para o desempenho das funções inerentes ao emprego objeto da seleção, mediante avaliação da experiência profissional e acadêmica, nos termos desta Resolução.

Parágrafo único. As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos os quais deverão ser estabelecidos no respectivo edital de seleção; citando-se, a título exemplificativo, registro no Órgão de Classe.

Art. 3º O procedimento de seleção de pessoal será iniciado por ato autorizador e justificador do responsável pela Entidade, devidamente motivado de forma explícita, clara e congruente dele devendo constar:

I – a função para a qual será realizada a seleção, com a descrição sucinta das atribuições;

II – número de vagas oferecidas;

III - a remuneração mensal, com eventuais benefícios ofertados;

IV - o perfil do(a) candidato(a) desejado;

V - outras condições necessárias, como habilitação para condução de veículos, posse de meio de transporte próprio.

Parágrafo único. A seleção será conduzida por comissão designada por ato da autoridade referida no *caput* deste artigo, composta por, no mínimo, 03 (três) membros, a qual poderá contar com apoio especializado externo, cabendo-lhe, todavia, a decisão final sobre a contratação.

Art. 4º O edital de abertura processo de seleção de pessoal será publicado por um período mínimo de 10 (dez) dias no sítio da Associação na internet e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, dele devendo constar, além dos requisitos estabelecidos nos artigos 2º e 3º desta Resolução:

I – o tipo de seleção, especificando os títulos exigidos;

II – as condições para inscrição;

III – a forma e critérios de avaliação;

IV – os limites de pontos atribuíveis em cada etapa da avaliação;

V – os critérios e nível de habilitação, classificação e desempate;

VI – o prazo e local das inscrições, bem como a forma de comprovação dos requisitos para a inscrição;

IX - a data, local e horário da realização das etapas de avaliação;

X – a sistemática recursal para os candidatos e os respectivos prazos;

XI – o prazo de validade do processo de seleção.

Parágrafo único. Deverá ser publicada, nos mesmos canais previstos neste artigo, a relação das inscrições homologadas e a relação dos(as) aprovados(as) por ordem de classificação.

Art. 5º A seleção de pessoal será realizada mediante aplicação de teste de conhecimento, que poderá ser cumulado com a análise de currículo e/ou realização de entrevista.

§ 1º A aplicação de teste de conhecimento deverá ser realizada de forma escrita, nos termos estabelecidos no edital de seleção.

§ 2º A pontuação a ser atribuída aos critérios de avaliação em cada etapa da seleção será estabelecida no edital de seleção.

§ 3º Na seleção de pessoal, será vedada qualquer discriminação de raça, cor, credo religioso, sexo ou outra atentatória contra a dignidade da pessoa humana.

§ 4º A Associação poderá delegar a empresa pertencente à iniciativa privada - desde que especializadas na seleção de pessoal - a elaboração de edital, análise de currículo, realização de entrevista e aplicação de teste de conhecimento e demais etapas necessárias e suficientes ao procedimento de contratação.

Art. 6º Sem prejuízo das hipóteses previstas na Lei Estadual n. 18.254/2021 e na Lei Federal n. 14.341/2022, é vedada a seleção de pessoal com base em critérios pessoais do gestor, em ofensa à impessoalidade, bem como a escolha que, direta ou indiretamente, atenda aos interesses pessoais do gestor ou de agentes públicos dos municípios associados, em ofensa à moralidade administrativa.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não impede a livre nomeação para o exercício de funções de confiança, restritas aos postos indicados no Estatuto da Associação e/ou em Regulamento.

Art. 7º Resta expressamente vedada a contratação de colaborador que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, até terceiro grau, de agente público eletivo pertencente ao Poder Executivo de município associado à AMAI.

Art. 8º A demissão de qualquer colaborador contratado pela Associação dar-se-á nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com ou sem justa causa, observando o pagamento das verbas asseguradas pela legislação trabalhista.

Art. 9º O procedimento contido nesta Resolução não se aplica aos contratos de trabalho, aos contratos de terceirização e aos contratos de serviços técnicos profissionais especializados celebrados anteriormente à vigência desta resolução.

Art. 10º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º Fica revogada a Resolução n. 008/2016.

Xanxerê, 08 de fevereiro de 2024.

CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuaçu
Presidente da AMAI

RESOLUÇÃO Nº 004.2024 - MANUAL DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS DA AMAI

Publicação Nº 5602890

RESOLUÇÃO nº 004/2024.

ESTABELECE O REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI – AMAI, REGENDO-SE OS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES ESTATUTÁRIAS.

A PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI, Sra. Clori Perozza, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 26 do Estatuto Social e,

Considerando a natureza jurídica da AMAI, constituída sob a forma de associação civil, pessoa jurídica de direito privado, nos termos dos artigos 53 e seguintes da Lei n. 10.406/2002;

Considerando a subsunção ao regime jurídico de direito privado relativamente à celebração e execução de contratos;

Considerando a origem eminentemente pública das receitas arrecadadas pela Entidade, oriunda especialmente das contribuições estatutárias transferidas por seus associados – os municípios, Entes de direito público interno –, atraindo a aplicação dos princípios próprios à utilização de recursos públicos, em conformidade com as legislações vigentes¹ e a posição dos Tribunais Superiores e de Contas²;

Considerando a relevância da fixação de procedimentos de *compliance*, a fim de fazer cumprir as normas legais, regulamentares, políticas e diretrizes da entidade, provendo o controle interno da instituição dos mecanismos de detecção de eventuais irregularidades;

Considerando a pertinência da edição de regulamento especial a disciplinar o procedimento para celebração de contratos pela AMAI, pautado pela impessoalidade, transparência, moralidade, publicidade e eficiência dessas contratações, mantido o regime jurídico de direito privado;

¹ Art. 11 do Decreto federal n. 6.170/09 e art. 50 do Decreto estadual n. 127/2011.

² STF - ADI n. 1864; TCE/SC – Prejulgados ns. 432 e 1241; TCU - Acórdãos ns. 1192/2010 e 3239/2013.

Considerando a Lei Estadual nº 18.254 de 11 de novembro de 2021, que dispõe sobre as associações de municípios no Estado de Santa Catarina previstas no art. 114, § 3º da Constituição Estadual;

Considerando a Lei Federal nº 14.341, de 18 de maio de 2022, que dispõe sobre a associação de representação de municípios, e altera a Lei nº 15.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

Considerando a deliberação da Assembleia Geral dos Municípios realizada em 08 de fevereiro de 2024;

RESOLVE:

Capítulo I - Disposições gerais

Art. 1º A contratação de bens e serviços pela Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI será realizada de acordo com o presente Regulamento, com base em procedimentos próprios que respeitem os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade e da eficiência.

§ 1º Para fins de atendimento aos princípios estabelecidos no *caput* desse artigo, deverão ser observados:

I - Formalização dos processos de contratação, exceto nas contratações verbais, em meio físico ou digital, numerados sequencialmente, contendo documentos instrutórios relativos às fases de preparação da contratação, de escolha do contrato e da respectiva execução;

II - Justificativas expressas acerca da necessidade das contratações;

III - Disponibilização de cópia dos processos de contratação a quaisquer interessados, mediante requerimento e após recolhimento de eventuais custos de reprodução, sem prejuízo da disponibilização da íntegra do processo de contratação no sítio eletrônico da associação.

IV - Seleção do contratado por meio de julgamento objetivo, nos termos dos requisitos estabelecidos no processo de contratação;

V - Dever de probidade, caracterizado pela correção da conduta de seus agentes e pela exigência do mesmo comportamento àqueles que contratam com a entidade;

VI - Divulgação de avisos de contratação no sítio oficial da entidade, bem como publicação dos extratos de contratos e suas alterações no Diário Oficial dos Municípios do Estado de

Santa Catarina (DOM/SC), sempre que necessário para cumprimento de disposição legal;

VII - Definição precisa, suficiente e clara do escopo contratual, priorizando-se a busca da proposta mais vantajosa, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

VIII - Padronização do objeto da contratação relativamente às especificações técnicas e de desempenho e, quando for o caso, às condições de manutenção, assistência técnica e de garantia oferecidas.

§ 2º Aplica-se supletivamente ao disposto neste Regulamento os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Art. 2º Para os fins deste regulamento considera-se:

I - Obra e serviço de engenharia: toda construção, reforma, recuperação, ampliação e demais atividades que envolvam as atribuições privativas dos profissionais das áreas de engenharia, arquitetura ou urbanismo;

II - Demais serviços: aqueles não compreendidos no inciso I deste artigo;

III - Compra: toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;

IV - Alienação: transferência onerosa de bens ou demais ativos de propriedade da entidade a outra pessoa física ou jurídica;

V - Doação: transferência gratuita de bens ou demais ativos de propriedade da entidade a outra pessoa física ou jurídica;

VI - Seleção ampla: procedimento de contratação mediante publicação de edital de seleção no sítio oficial da Associação e no Diário Oficial dos Municípios, observado o rito procedimental expresso no artigo 6º deste Regulamento;

VII - Seleção restrita: procedimento de contratação mediante seleção direta e impessoal dos interessados, observado o rito procedimental expresso no artigo 10º deste Regulamento;

VIII - Contratação verbal: contratação realizada mediante acordo verbal, nas condições expressas no artigo 11 deste Regulamento;

IX - Homologação: o ato pelo qual o responsável previsto no artigo 12 da presente Resolução, após verificação da regularidade do procedimento de contratação, ratifica o resultado da seleção e encaminha o processo para a celebração do contrato.

Capítulo II - Participação de interessados

Art. 3º. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela AMAI:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a AMAI, bem como de seus cônjuges ou parentes, consanguíneos ou em linha reta, até o terceiro grau;

II - as pessoas físicas que exerçam ou tenha exercido nos últimos 6 (seis) meses o cargo de chefe do Poder Executivo, de Secretário Municipal ou de membro do Poder Legislativo em quaisquer dos municípios associados, bem como de seus cônjuges ou parentes até o terceiro grau, cuja comprovação se dará mediante declaração firmada pelo participante;

III - as pessoas jurídicas de que sejam sócias as pessoas físicas referidas nos incisos I e II do *caput* deste artigo.

Capítulo III - Seleção do contratado

Art. 4º Ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 5º deste Regulamento, as aquisições ou alienação de bens e as contratações de obras e serviços, inclusive os de engenharia, dar-se-ão mediante procedimento de seleção ampla, regido por edital de seleção, em que a disputa pelo contrato é feita por meio de propostas escritas e sigilosas, abertas em sessão pública (virtual ou presencial), podendo ser adotado o modo de disputa aberto mediante lances verbais e sucessivos entre os interessados, ou o modo de disputa fechado, sendo declarada vencedora a proposta mais vantajosa segundo os critérios do edital.

§ 1º Nas contratações de baixo valor poderá ser adotado procedimento de seleção restrita, nos termos do artigo 10º deste regulamento.

§ 2º Considera-se de baixo valor as contratações cuja estimativa do preço do contrato, dentro de um mesmo exercício fiscal, não ultrapasse o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

§ 3º Os procedimentos externos de ampla seleção e de seleção restrita poderão ser executados presencialmente ou de maneira virtual, desde que assegurada a autenticidade dos documentos e atos realizados virtualmente.

Art. 5º Ficam dispensadas de processo de ampla seleção e de seleção restrita as seguintes contratações, as quais deverão ser instruídas com as justificativas da dispensa do processo de seleção e do preço ajustado, admitida a convalidação posterior da contratação levada a

efeito verbalmente:

I - nos casos de emergência, quando caracterizada a necessidade de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ao funcionamento da AMAI ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens;

II - quando não acudirem interessados à seleção anterior, mantidas, neste caso, as condições preestabelecidas;

III - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da seleção anterior;

IV - na contratação de entidade incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que sem fins lucrativos;

V - na contratação com as demais associações representativas de municípios;

VI - na aquisição de componente ou peças necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto a fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição for indispensável para a vigência da garantia;

VII - na contratação de profissional ou empresa que detenha direitos sobre produtos e sistemas de informática, para a manutenção desses produtos e sistemas e para o desenvolvimento de novos produtos e soluções que utilizem a estrutura daqueles anteriormente adquiridos;

VIII - na contratação de pessoas físicas ou jurídicas para ministrar cursos ou prestar serviços de capacitação vinculados às atividades estatutárias da AMAI; e

IX - na contratação de serviços públicos prestados pelo Poder Público ou por terceiros em regime de delegação ou concessão, tais como contratos de fornecimento de água e energia elétrica, serviços de transporte público, serviços de telefonia, fixa ou móvel, de internet ou de outros serviços de acesso condicionado regulados pelo poder público e com preços fixados por suas normas.

X - Nas contratações em que restar demonstrada a inviabilidade de disputa, tais como:

a) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos;

b) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo;

c) contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, assim entendido aqueles cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com sua atividade, permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado;

d) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha;

e) Permuta ou dação em pagamento de bens, observada a avaliação atualizada;

f) Doação de bens;

g) Contratação de patrocínios, inscrição em feiras, exposições, congressos, seminários e eventos em geral;

h) Convênios ou Termos de Cooperação vinculados às atividades estatutárias da AMAI.

§ 1º Nas contratações realizadas nos termos do inciso X do *caput* deste artigo, o processo da contratação deverá ser instruído ainda com justificativas da inviabilidade da disputa, as razões da necessidade da contratação e os elementos determinantes da escolha do contratado.

§ 2º Presume-se justificado o preço contratado quando realizada a contratação menos onerosa dentre as propostas obtidas a partir de, no mínimo, três ofertas públicas anunciadas em meios físicos, como catálogos, panfletos, orçamentos e/ou em meios eletrônicos, inclusive a partir da verificação de ofertas na rede mundial de computadores, devendo-se, nesse caso, realizar a captura da tela para documentar a oferta.

§ 3º No caso do inciso VIII, presume-se justificado o preço contratado quando a pessoa física ou jurídica que ministrar o curso ou palestra apresentar notas fiscais (mínimo duas) de prestação de serviços anteriores, similares ao objeto a ser contratado, para averiguar a inexistência de superfaturamento.

Art. 6º O procedimento de seleção ampla será iniciado com a requisição formal da contratação pelo setor competente, na qual serão definidos o escopo do contrato, sua justificativa, a estimativa de seu valor, com consequente autorização até o ato final de homologação, e ao qual serão juntados:

I - Edital de seleção ampla;

II - Minuta do contrato;

III - Comprovantes de publicação do edital no sítio eletrônico oficial da Associação e no Diário Oficial do Município por prazo mínimo de 10 (dez) dias corridos para apresentação de propostas;

IV - Ato de designação da Comissão que fará a seleção;

V - Documentos pessoais e propostas apresentadas pelos concorrentes em sessão pública;

VI - Atas da Comissão;

VII - Parecer jurídico quanto a legalidade do procedimento;

VIII - Demais documentos relativos ao processo.

IV - Ato de homologação;

Art. 7º O julgamento das propostas observará os critérios objetivos estabelecidos no edital de seleção, devendo ser lavrada ata circunstanciada contendo o resultado do julgamento.

Art. 8º Identificada a proposta mais vantajosa, far-se-á aferição das condições de habilitação fixadas no edital, compreendendo a habilitação jurídica, regularidade fiscal e capacidade técnica.

§ 1º A habilitação jurídica compreende a verificação das condições formais do interessado para o exercício de atividade econômica compatível com o objeto da contratação.

§ 2º A regularidade fiscal será aferida mediante a comprovação da inscrição do interessado nos cadastros junto aos órgãos fazendários pertinentes ao objeto do contrato e prova de regularidade perante a Seguridade Social e as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Distrital e Municipal, quando for o caso.

§ 3º A capacidade técnica compreende a avaliação da aptidão do interessado para executar o futuro contrato, mediante os critérios a seguir, podendo ser utilizados individual ou cumulativamente:

- a) registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- b) atestação da experiência anterior, operacional ou profissional, de objeto compatível com aquele que se deseja contratar;
- c) comprovação de disponibilidade de bens, equipamentos ou profissionais adequados para a execução do futuro contrato; e
- d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Art. 9º É garantido aos interessados a apresentação de impugnação ao processo de seleção ampla, que deverá ser instruído com toda documentação apta a compreensão da divergência, a ser apresentado para a comissão designada para análise da contratação no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da lavratura da ata pela comissão;

§ 1º Ao vencedor impugnado será garantido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação de defesa à impugnação.

§ 2º Findo o prazo para apresentação da defesa à impugnação, a Associação publicará a sua decisão de maneira fundamentada, onde deverá manifestar-se acerca da continuidade ou da anulação do ato de contratação.

Art. 10º O procedimento de seleção restrita, em razão dos princípios da eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, constitui procedimento simplificado de seleção da contratação mais vantajosa e será instruído com os seguintes elementos:

I - Requisição formal da contratação pelo setor competente, na qual serão definidos o escopo da contratação, sua justificativa, dispondo sobre a necessidade e a conveniência da contratação e a estimativa de seu valor;

II - Autorização do responsável pela contratação;

III - Comprovantes de solicitação de propostas a, preferencialmente, três ou mais interessados;

IV - Propostas de preços obtidas dos interessados consultados, admitida a obtenção de propostas mediante ofertas públicas anunciadas em meios físicos, como catálogos, panfletos, e/ou em meios eletrônicos, inclusive a partir da verificação de ofertas na rede mundial de computadores, devendo-se, nesse caso, realizar a captura da tela para documentar a oferta;

V - Documentos de habilitação do interessado selecionado, devendo o vencedor no ato da homologação apresentar a certidão negativa de débitos municipais, estaduais, federal, trabalhistas e regularidade ao FGTS; dispensando-se a apresentação das certidões negativas quando o valor da contratação for igual ou inferior a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Parágrafo Único: Admite-se a contratação pelos meios eletrônicos (compra virtual/digital) a partir da verificação de ofertas na rede mundial de computadores, na modalidade de seleção restrita, no que tange à aquisição de bens e serviços.

Art. 11. A contratação verbal é admitida nos casos de urgência ou de pronto pagamento; inclusive quando realizada a compra digitalmente, de fornecedores que ofereçam produtos ou serviços via internet.

§ 1º Consideram-se urgentes as contratações decorrentes de situações emergenciais cujo prazo para execução do contrato não possa aguardar a realização procedimento de seleção restrita;

§ 2º São despesas de pronto pagamento, realizadas por meio de contratações verbais, aquelas de caráter extraordinário que não permitem delongas na sua formalização; as despesas efetuadas em lugar distante da sede da AMAI; ou aquelas cujo valor da contratação seja irrisório, resultando em ônus desproporcional a realização de seleção restrita frente ao valor da contratação.

§ 3º Consideram-se de valor irrisório, para fins do disposto no parágrafo anterior, as despesas decorrentes de contratação de bens e serviços (de diferentes objetos) de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) dentro do mesmo exercício fiscal. Neste caso, independentemente se a compra ocorrer presencial ou digitalmente, dispensar-se-á o fornecimento de CND's (regularidade fiscal e trabalhista).

§ 4º Na seleção ampla, restrita e na contratação verbal, permite-se aos membros da comissão (ou o responsável designado) a negociar diretamente com o fornecedor a possibilidade de obtenção de desconto e/ou vantagens relacionadas que beneficiem a Associação.

Art. 12. A conclusão do processo de seleção, ampla ou restrita, dar-se-á mediante ato de homologação do responsável designado pela AMAI, facultando-se a submissão do processo à prévia análise jurídica e de adequação aos termos deste Regulamento.

§ 1º Considera-se responsável, para fins de aplicação da presente Resolução, o Presidente da AMAI.

§ 2º O responsável para a homologação do processo incumbe a competência para assinar o contrato dela decorrente.

§ 3º É facultada a delegação da competência expressa no presente regulamento, mediante ato formal do responsável delegante, que deverá instruir o processo de contratação.

Art. 13. Em qualquer fase do processo de seleção os participantes poderão requerer esclarecimentos, reconsideração das decisões exaradas sem efeito suspensivo.

Parágrafo Único: Após a declaração da proposta vencedora, a Associação não apreciará novas propostas.

Art. 14. A AMAI poderá, a qualquer momento, por ato do seu responsável, sob sua avaliação de conveniência, cancelar a seleção antes de assinado o contrato, sem que disso decorram quaisquer direitos aos interessados.

Capítulo IV - Contratação

Art. 15. A AMAI poderá se utilizar de quaisquer espécies contratuais previstas em lei ou que não sejam por ela defesas, a exemplo de contratos de prestação de serviços, de empreitada, de locação, de compra e venda, entre outros.

§ 1º. O contrato celebrado deverá conter as seguintes cláusulas, sem prejuízo de outras disposições pertinentes ao objeto, conforme o caso:

I - Identificação dos sujeitos contratantes;

II - Identificação do objeto do contrato, incluindo, além da obrigação principal, as obrigações acessórias, quando houver;

III - As condições de extinção do contrato pelo cumprimento, por resilição e resolução, de exceção pelo descumprimento;

IV - O modo de pagamento, o qual será, preferencialmente, efetuado por depósito em conta corrente, após a apresentação, pelo contratado, da nota fiscal preenchida com a informação sobre a natureza do objeto contratado e, se necessário, de relatório de prestação dos serviços;

V - A possibilidade de resilição pela vontade da AMAI ou de ambas as partes;

VI - A possibilidade de resolução em razão do inadimplemento da obrigação pelo contratante ou da condição de onerosidade excessiva em face de uma das partes;

VII - A possibilidade de suspensão da obrigação em razão da não implementação da prestação imposta ao outro contratante;

VIII - O prazo do contrato, o qual deverá ser determinado e não poderá ser superior a dez (dez) anos;

IX - O critério de atualização financeira do preço contratado, mediante definição de índice oficial de correção monetária;

X - A aplicação de cláusula penal e juros moratórios àqueles que inadimplirem suas obrigações; e

XI - Exigência de acautelamentos para o adimplemento do contrato, tais como caução em dinheiro, fiança bancária ou seguro-garantia, quando o caso concreto recomendar.

§ 2º. Nas contratações decorrentes de procedimentos de seleção restrita e naqueles de execução imediata do objeto, é facultada a substituição do termo de contrato por instrumento

equivalente, a exemplo da autorização de fornecimento ou de execução do serviço, nos termos da proposta do interessado da qual se encontra vinculado.

§ 3º Excepcionalmente, nos casos em que a natureza do objeto contratado não permitir a fixação de tempo para o seu cumprimento, permite-se a contratação por prazo indeterminado.

§ 4º Os contratos de prestação de serviços e de aquisição de bens e serviços executados de forma contínua, poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a AMAI, limitada a duração a 05 (cinco) anos.

Art. 16. A AMAI publicará em seu sítio oficial e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) o extrato do contrato celebrado, contendo as informações gerais sobre o objeto contratado, o preço a ser pago, o prazo de vigência e a identificação do contratado.

Art. 17. A AMAI designará o gestor/fiscal do contrato, a quem compete acompanhar a execução do contrato, aferir a conclusão do objeto contratual, certificando o seu recebimento, bem como reportar ao responsável pela contratação os casos de execução parcial, irregular ou inexecução contratual.

§ 1º Na falta de designação expressa do gestor do contrato, a atribuição recairá sobre aquele que firmar a requisição de contratação.

§ 2º Serão admitidas alterações contratuais acordadas entre as partes sempre que ocorrerem fatos supervenientes capazes de justificar a alteração do contrato.

Capítulo V – Disposições finais

Art. 18. A AMAI, por seus gestores, deverá zelar para que as pessoas físicas e jurídicas que com ela contratem guardem, antes, durante e após a execução do contrato, os princípios da boa-fé objetiva e da equidade, bem como garantir que os contratos da entidade estejam sempre funcionalizados em torno de seus objetivos sociais.

Art. 19. O presente Regulamento contempla uma norma geral inclusiva de permissão para a prática de atos que o ordenamento jurídico, nele inserido o presente Regulamento, não proíbe, quer expressamente, quer interpretado em sua axiologia e teleologia e observadas a sua unidade e coerência, de modo que a AMAI dispõe de margem de liberdade para regulamentar, de acordo com necessidades por ele verificadas, casos para os quais não esteja prevista uma solução específica.

Art. 20. As novas relações contratuais da AMAI, na medida de suas instrumentalizações e renovações, deverão obedecer às normas deste Regulamento, não se aplicando para os

contratos atualmente vigentes com prazo determinado.

Art. 21. Os contratos atualmente vigentes com prazo indeterminado deverão ser denunciados ou renovados, de acordo com as regras do presente Regulamento, passando, a partir da renovação, a vigor por prazo determinado.

Art. 22. As faltas relacionadas à desobediência aos princípios e regras serão levadas a conhecimento da Diretoria da AMAI, que apurará as respectivas responsabilidades.

Art. 23. O Presidente da AMAI atualizará, a cada 1º de janeiro, pelo índice INPC-IBGE ou por índice que venha a substituí-lo ou por índice que seja conveniado pela Assembleia Geral, os valores estabelecidos no presente Regulamento, os quais serão publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 24. Aplicam-se as regras do presente Regulamento para os contratos celebrados pela AMAI a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios e no próprio sítio oficial.

Art. 25. Fica revogada a Resolução n. 007/2016.

Xanxerê, 08 de fevereiro de 2024.

CLORI PEROZZA
Prefeita de Ipuaçu
Presidente da AMAI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONTRATAÇÃO VERBAL - AQUISIÇÃO DE FRIGOBAR

Publicação Nº 5603123

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista que o procedimento de compra/contratação nº 003/2024, realizado na modalidade contratação verbal 001/2024, que tem por objeto *a aquisição de 01 (um) Frigobar que contenha controle de temperatura*; apontou como vencedora desse certame a empresa ELECTROLUX DO BRASIL S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 76.487.032/0001-25, no valor de R\$ 989,00 (novecentos e oitenta e nove reais); resolvo, no uso de minha competência, HOMOLOGAR esta aquisição/contratação à empresa vencedora.

Isso posto, encaminhe-se os autos à Comissão para que adote as medidas necessárias à compra. Dispensa-se elaboração de contrato por se tratar de compra de pronto pagamento.

Xanxerê, SC, 09 de fevereiro de 2024.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Presidente da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI)

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI
Florianópolis, 100 - Centro - Xanxerê - SC
www.amaisc.org.br 1491 3433 0040

Consórcios

CIDIRIOS

ATA Nº 01/2024 – ASSEMBLEIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA ENTRE OS RIOS – CIDIRIOS

Publicação Nº 5602773

ATA Nº 01/2024 – ASSEMBLEIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA ENTRE OS RIOS – CIDIRIOS

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezessete horas, tendo como local sede da AMAI – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI, situada na Rua Floriano Peixoto, 100, centro, Xanxerê-SC, reuniram-se os Prefeitos dos Municípios de Abelardo Luz Nerci Santin, Bom Jesus Rafael Calza, Entre Rios João Maria Roque, Ipuacu Clori Peroza, Lajeado Grande Anderson Elias Bianchi, Ouro Verde Moacir Mottin, e São Domingos Marcio Luiz Bigolin Grosbelli, atendendo Edital de Convocação n. 001/2024, datado de 02 de fevereiro de 2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios-DOM, Auto publicação Nº 5574145, de sexta-feira, 02 de fevereiro de 2024, com a seguinte ordem do dia: - (i) Apresentação e aprovação de relatórios e prestação de contas dos trabalhos realizado pela Usina de Asfalto do Consórcio CIDIRIOS. (ii) Eleição do novo presidente do CIDIRIOS, para término do atual mandato, em razão da renúncia apresentada pelo atual presidente.

Inicialmente o Presidente Rafael agradeceu a presença de todos e iniciou destacando a prática das usinagens já realizadas, enfatizou a necessidade de alguns consertos dos maquinários. Posteriormente, passou a palavra para o Sr. Francisco Almeida, qual apresentou a planilha geral dos gastos com insumos (utilizados e em estoque) e trabalhos já realizados. Explanou de forma verbal e apresentação em tela os custos para produção uma tonelada de massa asfáltica. Os prefeitos consorciados aprovaram as contas apresentadas. Na sequência o Presidente, Prefeito, Rafael Calza, em conjunto com o Vice-Presidente prefeito da cidade de Lajeado Grande, Anderson Elias Bianchi, anunciaram a renúncia dos respectivos cargos. De pronto os prefeitos agradeceram o mandato, e de maneira unanime elegeram o prefeito da cidade de Lajeado Grande, Prefeito, Anderson Elias Bianchi, e Vice-Presidente, Prefeito de Abelardo Luz, Nerci Santin. Assim, foi definido que até a conclusão dos tramites burocráticos que antecedem os assuntos retrocitadas. Finalizando os trabalhos o Senhor Anderson E. Bianchi, agradeceu a presença de todos e não havendo mais nada a tratar, encerrou a Assembleia Geral e mandou lavrar a presente ata por mim Edson Luis Ramos, Assessor Administrativo do CIDIRIOS na condição de Secretário Ad hoc, a qual será assinada pelo Presidente, Prefeitos e demais presentes.

Xanxerê – SC, 08 de fevereiro de 2024.
ANDERSON ELIAS BIANCHI
Presidente do CIDIRIOS
Prefeito Municipal de Lajeado Grande

RESOLUÇÃO Nº 02-2024 DEFINE TABELA DE PREÇOS

Publicação Nº 5604712

RESOLUÇÃO Nº 02/2024/CIDIRIOS
"DEFINE O VALOR DOS SERVIÇOS PRATICADOS PELO CIDIRIOS".

O PRESIDENTE DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESEN-VOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA ENTRE OS RIOS - CIDI-RIOS, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso III da Cláusula 19 do Contrato de Consórcio Público e de acordo com a legislação vigente, e de acordo com decisão tomada na Assembleia Geral Extraordinária de 08/02/2024.

RESOLVE:
Artigo 1º - DEFINIR os valores dos serviços e produtos para balizamento dos Projetos de Engenharia para os Contratos a serem celebrados com os Municípios Consorciados, de acordo com a tabela a seguir:

ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	VALOR R\$
1.0	PAVIMENTAÇÃO – REPERFILAGEM E CAPA		
1.1	Execução de Imprimação com Asfalto Diluído CM-30	m²	7,50
1.2	Pintura de Ligação com Emulsão Asfáltica RR-1C	m²	2,52
1.3	Pintura de Ligação com Emulsão Asfáltica RR-2C	m²	2,72
1.4	Execução de Pavimento com aplicação de CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado a Quente (para tapa buraco ou lombadas) – Exclusive Transporte	Tonelada	440,00
1.5	Execução de Pavimento com aplicação de CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado a Quente – Exclusive Transporte	Tonelada	470,00
2.0	SINALIZAÇÃO VIÁRIA		
2.1	Sinalização horizontal com tinta retro refletiva a base de resina acrílica com micro-esferas de vidro	m²	14,50
3.0	LAUDOS TECNOLÓGICOS		
3.1	Ensaio de controle tecnológico a cada 120 metros corridos ou 700 M²	un	470,00

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

IPUAÇU - SC, 09 de fevereiro de 2024.
ANDERSON ELIAS BIANCHI
Presidente do CIDIRIOS
Prefeita Municipal de Lajeado Grande

CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 113 / 2024 - MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Publicação Nº 5603213

EXTRATO DE CONTRATO Nº 113/2024
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Florianópolis
CONTRATANTE: Município de Florianópolis
CNPJ: 82.892.282/0001-43
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO Nº 89/SMCC/2024
CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

VALOR: R\$ 56.280,48 (cinquenta e seis mil, duzentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 07 de fevereiro de 2025.

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2024.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 114 / 2024 - MUNICÍPIO DE PORTO BELO

Publicação Nº 5604076

EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2024
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Porto Belo
CONTRATANTE: Município de Porto Belo
CNPJ: 82.575.812/0001-20
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: QUARTO TERMO ADITIVO ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 03/2020
CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma - CIGA SinFAT/SC: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos.

VALOR: R\$ 867,75 (oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 03 de maio de 2025.

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2024.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 115 / 2024 - MUNICÍPIO DE HERVAL DO OESTE

Publicação Nº 5604130

EXTRATO DE CONTRATO Nº 115/2024
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Herval do Oeste
CONTRATANTE: Município de Herval do Oeste
CNPJ: 82.939.430/0001-38
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: TERCEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 002/2021

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 14.600,16 (quatorze mil, seiscentos reais e dezesseis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 02 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 116 / 2024 - MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE

Publicação Nº 5604172

EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Ponte Alta do Norte

CONTRATANTE: Município de Ponte Alta do Norte

CNPJ: 95.991.287/0001-75

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: SEGUNDO TERMO ADITIVO ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 001/2022

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão de Obras - CIGA Obras: direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada, com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 9.838,80 (nove mil, oitocentos e trinta e oito reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 117 / 2024 - MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Publicação Nº 5604282

EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Xavantina

CONTRATANTE: Município de Xavantina

CNPJ: 83.009.878/0001-15

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 001/2024

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 7.480,32 (sete mil, quatrocentos e oitenta reais e trinta e dois centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 01 de janeiro de 2029.

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 118 / 2024 - MUNICÍPIO DE TREVISÓ

Publicação Nº 5604326

EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Trevisó

CONTRATANTE: Município de Trevisó

CNPJ: 01.614.019/0001-90

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO INTRADMINISTRATIVO N.º 06/2022

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada; Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma - CIGA SinFAT/SC: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos.

VALOR: R\$ 10.202,04 (dez mil, duzentos e dois reais e quatro centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 119 / 2024 - MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL

Publicação Nº 5604370

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de São Cristóvão do Sul

CONTRATANTE: Município de São Cristóvão do Sul

CNPJ: 95.991.261/0001-27

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 04/2023

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão de Obras - CIGA Obras: direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada, com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - CIGA Nota: permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 12.301,92 (doze mil, trezentos e um reais e noventa e dois centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 120 / 2024 - MUNICÍPIO DE IMBUÍ

Publicação Nº 5604419

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Imbuí

CONTRATANTE: Município de Imbuí

CNPJ: 83.102.632/0001-93

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 39/2023

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Sistema de Processo Eletrônico Administrativo ? e-CIGA: Constitui-se de um sistema fornecido como serviço, on-line, que permite ao ente e seus usuários o cadastro de documentos avulsos ou organizados em processos eletrônicos. Colabora na gestão dos documentos, de forma a garantir integridade da informação. Os documentos podem ser assinados com certificado digital de cadeia própria ou certificados da cadeia ICP-Brasil conforme Lei 14.063/2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos. O sistema pode ser parametrizado em caixas individuais ou setoriais (compartilhada) personalizado pelo contratante, proporcionando a tramitação de documentos ou processos entre setores ou usuários. Dispõe de controle de classificação documental e sua numeração administrado pelo contratante..

VALOR: R\$ 15.954,96 (quinze mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 121 / 2024 - MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Publicação Nº 5604430

EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Fraiburgo

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo

CNPJ: 82.947.979/0001-74

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: QUARTO TERMO ADITIVO ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º CT21PMF66

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão de Obras - CIGA Obras: direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada, com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; Sistema de Processo Eletrônico Administrativo ? e-CIGA: Constitui-se de um sistema fornecido como serviço, on-line, que permite ao ente e seus usuários o cadastro de documentos avulsos ou organizados em processos eletrônicos. Colabora na gestão dos documentos, de forma a garantir integridade da informação. Os documentos podem ser assinados com certificado digital de cadeia própria ou certificados da cadeia ICP-Brasil conforme Lei 14.063/2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos. O sistema pode ser parametrizado em caixas individuais ou setoriais (compartilhada) personalizado pelo contratante, proporcionando a tramitação de documentos ou processos entre setores ou usuários. Dispõe de controle de classificação documental e sua numeração administrado pelo contratante..

VALOR: R\$ 37.704,12 (trinta e sete mil, setecentos e quatro reais e doze centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 122 / 2024 - MUNICÍPIO DE PARAÍSO

Publicação Nº 5604457

EXTRATO DE CONTRATO Nº 122/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Paraíso

CONTRATANTE: Município de Paraíso

CNPJ: 80.912.009/0001-08

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2021

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES: Prestação dos serviços de implementação do ambiente computacional, a manutenção e o suporte técnico do domínio do Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo: www.diariomunicipal.es.gov.br; os serviços de recebimento dos atos destinados a publicação, conversão dos arquivos, diagramação e postagem no sítio supra referido, para o fim de viabilizar a publicação e a divulgação dos atos normativos e administrativos dos poderes executivo e legislativo dos municípios filiados a CONTRATANTE, bem como dos órgãos integrantes da administração indireta destes, em meio eletrônico na rede mundial de computadores (internet).; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 6.212,64 (seis mil, duzentos e doze reais e sessenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 28 de dezembro de 2023.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 123 / 2024 - MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

Publicação Nº 5604488

EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2024
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Braço do Trombudo
CONTRATANTE: Município de Braço do Trombudo
CNPJ: 95.952.230/0001-67
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº03/2023
CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 8.551,68 (oito mil, quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2024.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 124 / 2024 - MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Publicação Nº 5604532

EXTRATO DE CONTRATO Nº 124/2024
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Vitor Meireles
CONTRATANTE: Município de Vitor Meireles
CNPJ: 79.372.520/0001-85
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 009/2024
CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 8.327,88 (oito mil, trezentos e vinte e sete reais e oitenta e oito centavos)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2024.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 125 / 2024 - MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS

Publicação Nº 5604611

EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Celso Ramos

CONTRATANTE: Município de Celso Ramos

CNPJ: 78.493.343/0001-22

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 24/2024

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma - CIGA SinFAT/SC: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos.

VALOR: R\$ 9.068,76 (nove mil, sessenta e oito reais e setenta e seis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 126 / 2024 - MUNICÍPIO DE SALTINHO

Publicação Nº 5604648

EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Saltinho

CONTRATANTE: Município de Saltinho

CNPJ: 01.612.844/0001-56

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 003/2023

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 6.212,64 (seis mil, duzentos e doze reais e sessenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 127 / 2024 - CÂMARA MUNICIPAL DE MAJOR GERCINO

Publicação Nº 5604700

EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Major Gercino

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Major Gercino

CNPJ: 03.269.022/0001-40

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 04/2023

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, que possui as seguintes funcionalidades e características: I - sistema todo eletrônico e digital com funcionalidades acessíveis também por dispositivos móveis, para atender às necessidades do processo legislativo das Câmaras Municipais; II - portal eletrônico compatível com a legislação atual acerca de acessibilidade e transparência, alimentado automaticamente com as informações cabíveis do sistema legislativo; III - transmissões ao vivo das sessões plenárias em áudio e vídeo; IV - sistema de protocolo/processo administrativo com certificação digital; V - sistema de votação eletrônica com possibilidade de contingência off-line; e VI - integração com o CIGA Diário quando se tratar de Município e ou Câmara que publique nesse Sistema..

VALOR: R\$ 6.194,64 (seis mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 128 / 2024 - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

Publicação Nº 5604727

EXTRATO DE CONTRATO Nº 128/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Rio das Antas

CONTRATANTE: Município de Rio das Antas

CNPJ: 83.074.294/0001-23

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 09/2024

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

CIGA Geo: sistema integrado de tecnologia, contemplando a implantação, manutenção e personalização para a identificação das políticas, mecanismos e procedimentos que permitam a geração, a gestão, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso de dados geoespaciais, na forma de um Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG) voltado à gestão do cadastro imobiliário e integrado aos demais sistemas dos Municípios e aos sistemas do CIGA, por meio de plataforma web compatível com os principais navegadores do mercado.

VALOR: R\$ 18.296,16 (dezoito mil, duzentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 16 de janeiro de 2025.

Florianópolis, 07 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 129 / 2024 - MUNICÍPIO DE ARMAZÉM

Publicação Nº 5604763

EXTRATO DE CONTRATO Nº 129/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Armazém

CONTRATANTE: Município de Armazém

CNPJ: 82.928.664/0001-80

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: SEGUNDO TERMO ADITIVO ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 105/2021

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco

municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; .

VALOR: R\$ 3.263,52 (três mil, duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 130 / 2024 - MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Publicação Nº 5604820

EXTRATO DE CONTRATO Nº 130/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Corupá

CONTRATANTE: Município de Corupá

CNPJ: 83.102.467/0001-70

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 023/2020

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma - CIGA SinFAT/SC: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos.

VALOR: R\$ 881,42 (oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e dois centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 12 de julho de 2024.

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 131 / 2024 - MUNICÍPIO DE ARMAZÉM

Publicação Nº 5604883

EXTRATO DE CONTRATO Nº 131/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Armazém

CONTRATANTE: Município de Armazém

CNPJ: 82.928.664/0001-80

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: SEGUNDO TERMO ADITIVO ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 013/2022

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

VALOR: R\$ 5.288,16 (cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 132 / 2024 - MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

Publicação Nº 5604970

EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Pouso Redondo

CONTRATANTE: Município de Pouso Redondo

CNPJ: 83.102.681/0001-26

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 12/2024

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Micro-empresendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma - CIGA SinFAT/SC: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos.

VALOR: R\$ 16.548,96 (dezesesseis mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e seis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 25 de janeiro de 2025.

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 133 / 2024 - MUNICÍPIO DE GUATAMBU

Publicação Nº 5605035

EXTRATO DE CONTRATO Nº 133/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Guatambu

CONTRATANTE: Município de Guatambu

CNPJ: 95.990.206/0001-12

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTER ADMINISTRATIVO N.º 12/2024

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Micro-empresendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 7.403,40 (sete mil, quatrocentos e três reais e quarenta centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 09 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 134 / 2024 - MUNICÍPIO DE PALMEIRA

Publicação Nº 5605139

EXTRATO DE CONTRATO Nº 134/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Palmeira

CONTRATANTE: Município de Palmeira

CNPJ: 01.610.566/0001-06

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 07/2024

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Micro-empresendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 8.178,84 (oito mil, cento e setenta e oito reais e oitenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 134 / 2024 - MUNICÍPIO DE RIO RUFINO

Publicação Nº 5605437

EXTRATO DE CONTRATO Nº 134/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Rio Rufino

CONTRATANTE: Município de Rio Rufino

CNPJ: 95.991.071/0001-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 002/2024

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - CIGA Nota: permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Sistema de Processo Eletrônico Administrativo ? e-CIGA: Constitui-se de um sistema fornecido como serviço, on-line, que permite ao ente e seus usuários o cadastro de documentos avulsos ou organizados em processos eletrônicos. Colabora na gestão dos documentos, de forma a garantir integridade da informação. Os documentos podem ser assinados com certificado digital de cadeia própria ou certificados da cadeia ICP-Brasil conforme Lei 14.063/2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos. O sistema pode ser parametrizado em caixas individuais ou setori-ais (compartilhada) personalizado pelo contratante, proporcionando a tramitação de documentos ou processos entre setores ou usuários. Dispõe de controle de classificação documental e sua numeração administrado pelo contratante..

VALOR: R\$ 17.072,52 (dezesete mil, setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 08 de fevereiro de 2029.

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 135 / 2024 - MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Publicação Nº 5605524

EXTRATO DE CONTRATO Nº 135/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Biguaçu

CONTRATANTE: Município de Biguaçu

CNPJ: 82.892.308/0001-53

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 5/2024

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão de Obras - CIGA Obras: direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada, com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 45.148,74 (quarenta e cinco mil, cento e quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 08 de fevereiro de 2029.

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CISAMARP**CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA ANA KELLY LTDA ME - 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 218/2021**

Publicação Nº 5603318

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 218/2021.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rodovia Municipal José Gheller, nº 501, Bairro Santa Lúcia, CEP: 89.565-453, Município de Videira/SC, neste ato representado por sua Presidente, Sra. Luci Peretti e de outro lado o CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA ANA KELLY LTDA ME (XANXERÊ), inscrito no CNPJ nº 14.739.355/0001-01, situado na Rua Fidencio de Souza Mello, nº 500, Bairro Centro, Xanxerê/SC, neste ato representada pela sua representante legal, Sra. Ana Kelly Baroni, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 218/2021, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, passa a conter em sua relação o(s) seguinte(s) procedimento(s):

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
POLISSONOGRRAFIA DOMICILIAR	1080301532	R\$ 450,00

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 218/2021, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente.



Videira/SC, 09 de fevereiro de 2024.

Luci Peretti

Presidente CISAMARP

Ana Kelly Baroni

Representante Legal

CISAMAVI**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 088/2022 - IL 002/2022**

Publicação Nº 5604923

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 088/2022

CREDENCIAMENTO Nº 03/2022

TERMO ADITIVO Nº 02

O Consórcio Intermunicipal de Saúde e Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí - CISAMAVI, com sede na Rua XV de novembro, 737, bairro Laranjeiras em Rio do Sul /SC, inscrito no CNPJ sob nº 09.069.217/0001-22 neste ato representado pelo sua Presidente Sr. Solange Aparecida Bitencourt Schlichling, doravante denominado CONTRATANTE, Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.080/90, Resolução do CIS-AMAVI nº 078 de 07 de dezembro de 2018, Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu regulamento, Portarias do Ministério da Saúde, e as demais normas e princípios norteadores do Sistema Único de Saúde e da Administração Pública e a EMPRESA, CLINICA MEDICA CENTER LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 37.650.557/0001-88 sediada a Av. Oscar Barcelos nº290 – sala 2 – bairro Centro, Rio do Sul/SC- CEP 89160-027 neste ato representada por seu representante legal, Sr(a) Mariana Chedid Jensen Cunha, com fulcro no item 13 do Edital de Credenciamento 03/2022, bem como na Clausula Décima Segunda do Contrato originalmente assinado e conforme Edital de Credenciamento 03/2022.

Fica alterado o Anexo I do contrato original, sendo credenciado o seguinte item:

Item	Código SUS	Descrição do Procedimento	Quantidade atendimento	Valor SUS	Complemento (se houver)	Valor Total
633	02.05.02.002-0	PAQUIMETRIA ULTRASSONICA	30	14,81	0	14,81
823	02.11.06.001-1	BIOMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)	30	24,24	0	24,24
826	02.11.06.005-4	CERATOMETRIA	30	3,37	0	3,37
827	02.11.06.006-2	CURVA DIARIA DE PRESSAO OCULAR CDPO (MINIMO 3 MEDIDAS)	30	10,11	0	10,11
835	02.11.06.014-3	MICROSCOPIA ESPECULAR DE CORNEA	30	24,24	0	24,24
836	02.11.06.015-1	POTENCIAL DE ACUIDADE VISUAL	30	3,37	0	3,37
838	02.11.06.017-8	RETINOGRAFIA COLORIDA BINOCULAR	30	24,68	0	24,68
842	02.11.06.022-4	TESTE DE VISAO DE CORES	30	3,37	0	3,37
845	02.11.06.025-9	TONOMETRIA	30	3,37	0	3,37
846	02.11.06.026-7	TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CORNEA	30	24,24	0	24,24
922	03.01.01.010-2	CONSULTA PARA DIAGNOSTICO/REAVALIACAO DE GLAUCOMA (TONOMETRIA, FUNDOSCOPIA E CAMPIMETRIA)	30	57,74	0	57,74
954	03.03.05.001-2	ACOMPANHAMENTO E AVALIACAO DE GLAUCOMA POR FUNDOSCOPIA E TONOMETRIA	30	17,74	0	17,74
956	03.03.05.003-9	TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA BINOCULAR (1ª LINHA)	30	18,66	0	18,66
957	03.03.05.004-7	TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA BINOCULAR (2ª LINHA)	30	79,38	0	79,38
958	03.03.05.005-5	TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA BINOCULAR (3ª LINHA)	30	127,98	0	127,98
959	03.03.05.006-3	TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA MONOCULAR (1ª LINHA)	30	12,44	0	12,44
960	03.03.05.007-1	TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA MONOCULAR (2ª LINHA)	30	52,92	0	52,92
961	03.03.05.008-0	TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA MONOCULAR (3ª LINHA)	30	85,33	0	85,33
966	03.03.05.015-2	TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA – 1ª LINHA ASSOCIADA A 2ª LINHA - MONOCULAR	30	65,36	0	65,36
967	03.03.05.016-0	TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA – 1ª LINHA ASSOCIADA A 2ª LINHA - BINOCULAR	30	98,04	0	98,04
968	03.03.05.017-9	TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA – 1ª LINHA ASSOCIADA A 3ª LINHA - MONOCULAR	30	97,77	0	97,77
969	03.03.05.018-7	TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA – 1ª LINHA ASSOCIADA A 3ª LINHA - BINOCULAR	30	146,64	0	146,64

970	03.03.05.019-5	TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA – 2ª LINHA ASSOCIADA A 3ª LINHA - MONOCULAR	30	138,25	0	138,25
971	03.03.05.020-9	TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA – 2ª LINHA ASSOCIADA A 3ª LINHA - BINOCULAR	30	207,36	0	207,36
972	03.03.05.021-7	TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA MONOCULAR- ASSOCIACAO DE 1ª, 2ª E 3ª LINHAS	30	150,69	0	150,69
973	03.03.05.022-5	TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA BINOCULAR - ASSOCIACAO 1ª, 2ª E 3ª LINHAS	30	226,02	0	226,02
1041	04.05.01.006-0	EPILACAO DE CILIOS	30	22,93	0	22,93
1042	04.05.01.007-9	EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESOES DA PALPEBRA E SUPERCILIOS	30	78,75	0	78,75
1059	04.05.03.009-6	SUTURA DE ESCLERA	30	161,19	0	161,19
1060	04.05.03.010-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEISCENCIA DE SUTURA DE ESCLERA	30	159,37	0	159,37
1061	04.05.03.011-8	TRATAMENTO CIRURGICO DE MIIASE PALPEBRAL	30	22,93	0	22,93
1071	04.05.04.007-5	EVISCERACAO DE GLOBO OCULAR	30	587,51	0	587,51
1072	04.05.04.010-5	EXPLANTE DE LENTE INTRA OCULAR	30	846,19	0	846,19
1074	04.05.04.019-9	TRATAMENTO CIRURGICO DE XANTELASMA	30	116,42	0	116,42
1076	04.05.04.021-0	REPOSICIONAMENTO DE LENTE INTRAOCULAR	30	453,60	0	453,60
1083	04.05.05.007-0	CORRECAO CIRURGICA DE HERNIA DE IRIS	30	259,20	0	259,20
1085	04.05.05.009-7	FACECTOMIA C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR	30	531,60	0	531,60
1086	04.05.05.010-0	FACECTOMIA S/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR	30	483,60	0	483,60
1087	04.05.05.011-9	FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR RIGIDA	30	651,60	0	651,60
1090	04.05.05.015-1	IMPLANTE SECUNDARIO DE LENTE INTRA-OCULAR - LIO	30	1.112,83	0	1.112,83
1091	04.05.05.016-0	INJECAO SUBCONJUTIVAL / SUBTENONIANA	30	8,24	0	8,24
1092	04.05.05.017-8	IRIDECTOMIA CIRURGICA	30	297,46	0	297,46
1094	04.05.05.020-8	PARACENTESE DE CAMARA ANTERIOR	30	82,28	0	82,28
1095	04.05.05.021-6	RECOBRIMENTO CONJUNTIVAL	30	172,27	0	172,27
1096	04.05.05.022-4	RECONSTITUICAO DE FORNIX CONJUNTIVAL	30	436,44	0	436,44
1097	04.05.05.024-0	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CAMARA ANTERIOR DO OLHO	30	335,72	0	335,72
1098	04.05.05.025-9	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CORNEA	30	25,00	0	25,00
1100	04.05.05.028-3	SUBSTITUICAO DE LENTE INTRA-OCULAR	30	544,88	0	544,88
1101	04.05.05.029-1	SUTURA DE CONJUNTIVA	30	82,28	0	82,28
1102	04.05.05.030-5	SUTURA DE CORNEA	30	164,08	0	164,08
1103	04.05.05.032-1	TRABECULECTOMIA	30	898,35	0	898,35
1104	04.05.05.036-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERIGIO	30	209,55	217,95	427,50
1105	04.05.05.037-2	FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRAVEL	30	771,60	0	771,60
1106	04.05.05.039-9	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEISCENCIA DE SUTURA DE CORNEA	30	172,12	0	172,12

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato originário.

E, para firmeza e como prova de assim haverem ajustado, foi lavrado o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, ficando este termo fazendo parte integrante e complementar do contrato posteriormente firmado, a fim de que produzam um só efeito, que após lido e achado conforme é firmado pelas partes e por duas testemunhas.

Rio do Sul, 09 de fevereiro de 2024.

Solange Aparecida Bitencourt Schlichling Presidente CISAMAVI	Clinica Médica Center Ltda Credenciado
Mariane Fernandes da Rosa Analista de Compras e Licitações	Jamile Rosa Amaral Aux. Administrativo

CISNORDESTE**EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2022. CREDENCIAMENTO Nº 02/2018. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2023**

Publicação Nº 5605671



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA
CISNORDESTE/SC

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2022

CONTRATANTE: Consórcio Interfederativo de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC

CNPJ DA CONTRATANTE: 03.222.337/0001-31

CONTRATADA: CENTRO DE DIAGNOSTICOS ANATOMO PATOLOGICOS LTDA.

CNPJ DA CONTRATADA: 01.046.691/0001-27

OBJETO: Prorrogação do Contrato nº 19/2022.

FUNDAMENTO LEGAL: Em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 8.666/1993.


JUSTIFICATIVA: Interesse público no atendimento à demanda dos municípios consorciados.

VALOR: R\$ 339.208,33 (trezentos e trinta e nove mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), mensais, perfazendo um total anual de R\$ 4.070.500,00 (quatro milhões setenta mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: O presente aditamento vigorará do dia 01 de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024.

Joinville/SC, 10 de janeiro de 2024.

Ana Maria Groff Jansen
Diretora Executiva do CISNORDESTE/ SC

 **Sede CISNORDESTE/SC**
Rua Max Colin, nº 1843 – Bairro América
Joinville/SC – CEP 89204-635
CNPJ: 03.222.337/0001-31

 (47) 3422 9838 / (47) 3422 5715
 cisnordeste@cisnordeste.sc.gov.br
 www.cisnordeste.sc.gov.br
 @cisnordeste

1

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2023. CREDENCIAMENTO Nº 02/2018. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2023

Publicação Nº 5605605



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA
CISNORDESTE/SC

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2023

CONTRATANTE: Consórcio Interfederativo de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC

CNPJ DA CONTRATANTE: 03.222.337/0001-31

CONTRATADA: CLINICA DE RADIOLOGIA POR IMAGEM DIAGMAX SAO BENTO DO SUL LTDA.

CNPJ DA CONTRATADA: 05.891.127/0001-61

OBJETO: Acréscimo dos procedimentos credenciados.

FUNDAMENTO LEGAL: Em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 8.666/1993.


JUSTIFICATIVA: Interesse público no atendimento à demanda dos municípios consorciados.

VALOR: R\$ 219.260,83 (duzentos e dezenove mil duzentos e sessenta reais e oitenta e três centavos) mensais, perfazendo um total anual de R\$ 2.631.129,96 (dois milhões seiscentos e trinta e um mil cento e vinte e nove reais e noventa e seis centavos).

VIGÊNCIA: O presente aditamento vigorará do dia 08 de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024.

Joinville/SC, 10 de janeiro de 2024.

Ana Maria Groff Jansen
Diretora Executiva do CISNORDESTE/ SC

 **Sede CISNORDESTE/SC**
Rua Max Colin, nº 1843 – Bairro América
Joinville/SC – CEP 89204-635
CNPJ: 03.222.337/0001-31

 (47) 3422 9838 / (47) 3422 5715
 cisnordeste@cisnordeste.sc.gov.br
 www.cisnordeste.sc.gov.br
 @cisnordeste

1

CODEPLAN**RESOLUÇÃO Nº 01/2024**

Publicação Nº 5603885

CODEPLAN**CONSÓRCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO NORTE**

Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Três Barras

RESOLUÇÃO Nº 01-2024 , de 08 de fevereiro de 2024.

**Dispõe sobre a criação da Comissão do
Processo Seletivo Simplificado – CPSS, e da
outras providências.**

O Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte – CODEPLAN/SC, Jean Carlo Medeiros de Souza, no uso das atribuições legais, contratuais que lhe confere o Contrato de Consórcio Público do CODEPLAN/SC.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Servidores e empregados públicos disponibilizados para Compor a Equipe da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024, conforme segue:

HÉLIO DANIEL DA COSTA;
ELISANGELA DE LIMA;
ANDREIA CORREA DA SILVA FONTANA KAUA;
PALOMA PANFIL;
JOACIR IENTZ;
GLEICE FABIANA GREIN;
ANGÉLICA SBATEKE SOARES.

Art. 2º - Os servidores e empregados públicos, ora nomeados para compor a equipe da comissão do processo seletivo simplificado 01/2024, não receberão quaisquer indenização ou remuneração pelo CODEPLAN/SC para o exercício da referida função.

Art. 3º -Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra -SC, 08 de fevereiro de 2024.

JEAN CARLO
MEDEIROS DE
SOUZA:0294792996
9

Assinado de forma digital
por JEAN CARLO MEDEIROS
DE SOUZA:02947929969
Dados: 2024.02.09 13:36:35
-03'00'

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal de Monte Castelo
Presidente - CODEPLAN

RESOLUÇÃO Nº 06/2023

Publicação Nº 5603877

CODEPLAN•SC

**RESOLUÇÃO Nº 06 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E ADIANTAMENTOS E RESSARCIMENTOS PARA COBERTURA DE DESPESAS COM HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS E DE INDENIZAÇÃO POR DESPESAS DE TRANSPORTE COM VEÍCULO PRÓPRIO POR MOTIVO DE SERVIÇO OU PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS OU CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte de Santa Catarina – CODEPLAN -SC, Sr. Jean Carlo Medeiros de Souza, Prefeito de Monte Castelo/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento às disposições do Contrato de Consórcio Público (Art. 32) e considerando as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e Decreto Federal nº 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º - Serão concedidas diárias e ressarcimentos, a título de indenização, para custeio de hospedagem e alimentação, para o empregado público e presidente que realizar despesas para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, sempre que necessário pernoitar em cidade distinta da do local de trabalho, paga em razão do número de pernoites.

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade ($\frac{1}{2}$) do valor da diária integral:

I - Quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, e superar 08 (oito) horas de afastamento;

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174
amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665
Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra- Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União – Três Barras

CODEPLAN-SC



II - Quando o CODEPLAN-SC ou outra entidade custear, por meio diverso, as despesas de hospedagem;

III - Quando o afastamento perdurar por período igual ou superior a 30 (trinta) dias.

§ 2º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida **um quarto (1/4)** do valor da diária integral:

I - Quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, e não exceder 08 (oito) horas de afastamento;

II - Quando não for possível a comprovação da despesa com alimentação a ser ressarcida por inexistência de estabelecimento habilitado para fornecimento de refeições e cuja situação é de conhecimento da chefia imediata.

§ 3º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida **diária especial** quando estabelecida por ato do Presidente para viagens do empregado ao exterior.

§ 4º Somente será concedida a diária para a cobertura de despesas com alimentação e hospedagem para pessoas **sem vínculo** com o Consórcio, se estiver prevista em norma específica e/ou convênios e contratos.

5º Aplicar-se-á o ressarcimento de despesas para o deslocamento para os municípios pertencentes ao CODEPLAN, e especialmente aos Municípios de Campo Alegre, Rio Negrinho, São Bento do Sul, localizados no Planalto Norte Catarinense pertencentes ao CIS-Nordeste, visto a proximidade da sede do CODEPLAN-SC, estabelecido o valor limite de até 80,00 o dia, comprovados através de cupom ou nota fiscal, devidamente nominal ao servidor.

Art. 2º - Não serão concedidas diárias, quando:

I - O deslocamento for efetuado para atender à convocação da Justiça Civil ou Militar em processo em que o próprio empregado seja indiciado;

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665

Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra- Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União –
Três Barras

CODEPLAN-SC

II - O deslocamento fora da sede não implicar qualquer despesa de alimentação, estadia ou pernoite;

III - O deslocamento, por motivo de saúde, não for resultante de acidente em trabalho ou moléstia profissional;

IV - O deslocamento for a Município consorciado, ressalvando-se, neste caso, o ressarcimento com as despesas comprovadas de alimentação, até o limite de **R\$ 80,00 (oitenta reais)**;

V - As despesas integrais de hospedagem e alimentação houverem sido custeadas diretamente pelo CODEPLAN-SC ou outro órgão.

Art. 3º - Quando o empregado se utilizar de veículo próprio para o deslocamento por solicitação do CODEPLAN-SC e a serviço deste, a indenização será paga no valor de R\$ 1,15 (um real e quinze centavos), por quilômetro rodado, devendo ser realizado relatório indicando endereços de origem e de destino, dia e horário do trajeto realizado.

§ 1º O valor acima referido compreende o combustível os desgastes naturais decorrentes do uso do veículo, correndo por conta do proprietário do veículo o risco por sinistro, bem como taxas, impostos incidentes sobre a propriedade do veículo e multas de trânsito.

§ 2º No caso da existência de pedágio(s), estacionamento(s) e outras tarifas no trajeto interurbano, estes estão inclusos no valor descrito no *caput*, juntando-se os comprovantes de pagamento.

§ 3º O valor referido no *caput* será reajustado quando houver variação substancial nos preços do combustível, por ato do Presidente do CODEPLAN-SC.

Art. 4º - A fim de possibilitar a indenização pelas despesas acobertadas pela diária e/ou indenização pelo uso de veículo próprio, o deslocamento do empregado para fora de sua sede deverá ser formalizado e autorizado pelo Presidente do CODEPLAN-SC e/ou seu

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665

Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra- Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União –
Três Barras

CODEPLAN-SC

Diretor Executivo, por meio de expediente formal contendo a descrição do motivo do deslocamento (objeto de serviço, eventos ou cursos de capacitação).

Parágrafo Único: O motivo apresentado para deslocamento deverá ser compatível com as atribuições da função exercida pelo empregado público.

Art. 5º - O valor da diária integral referida no Art. 1º, desta Resolução, é de:

I - R\$ 1.048,22 (um mil, quarenta e oito reais e vinte e dois centavos) para deslocamentos para as capitais: Brasília/São Paulo/Rio de Janeiro;

II - R\$ 500,00 (quinhentos reais) para deslocamentos às demais capitais;

III - R\$ 500,00 (quinhentos reais) para deslocamentos às demais cidades.

Parágrafo Único: O reajuste das diárias será estabelecido anualmente por Resolução do Presidente com aprovação do Conselho Administrativo do CODEPLAN-SC.

Art. 6º - O valor da diária prevista no art. 1º e da indenização pela utilização de veículo próprio referida no art. 3º poderá ser pago:

I - Antecipadamente, requerido pelo empregado até 1 (um) dia útil de antecedência ao da entrega do numerário, devendo a sua concessão ser aprovada pelo Diretor Executivo;

II - Após o deslocamento, devendo o requerimento ser aprovado pelo Diretor Executivo e acompanhado de comprovantes do deslocamento, na forma do inciso II do art. 8º;

§ 1º Caso o afastamento do empregado prolongue-se por tempo superior ao previsto na requisição, ser-lhe-á devida a indenização correspondente. Ao contrário, na hipótese de sua permanência se dar por período inferior ao previsto, deverá o empregado promover a devolução dos valores, pelo número de dias correspondentes.

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665

Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra- Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União –
Três Barras

CODEPLAN-SC



§ 2º No caso do inciso II, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 5 (cinco) dias do retorno do empregado à sede do CODEPLAN-SC, desde que tenha apresentado o requerimento aprovado com 2 (dois) dias úteis de antecedência à data do pagamento.

Art. 7º - No caso das despesas de hospedagem, alimentação ou transporte terem sido custeadas diretamente pelo CODEPLAN-SC, o empregado público não será indenizado, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, autorizados pelo Diretor Executivo e/ou Presidente do CODEPLAN-SC.

Art. 8º - São requisitos ao pagamento de diárias e indenização pelo uso de veículo próprio:

I - Requisição para concessão das diárias deverá ser aprovada pelo Diretor Executivo quando destinado aos Empregados Públicos, pelo Presidente quando destinada ao Diretor Executivo, e ao Conselho Fiscal quando destinada ao Presidente do CODEPLAN-SC, contendo nome, identidade funcional, matrícula, cargo e/ou função do empregado, finalidade da viagem, localidade de destino, período de afastamento, data e horário previsto para a saída, data e horário previsto para retorno, número de diárias ou frações, meio de locomoção, custo da locomoção (se houver), dados bancários para recebimento do valor da diária ou fração, data da requisição e assinatura;

II - Comprovante do deslocamento e do respectivo período, com apresentação de um dos seguintes documentos:

a) notas fiscais e/ou cupom fiscal referente a despesas com alimentação e/ou hospedagem efetuadas no destino (uma para cada dia de permanência);

b) bilhetes de passagens aéreas ou terrestres (ida e volta) devidamente identificados com o nome do empregado ou cupom fiscal de abastecimento do veículo próprio;

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665

Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra- Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União –
Três Barras

CODEPLAN•SC

c) comprovante de recolhimento de eventuais saldos não utilizados (diárias solicitadas e não utilizadas).

III - Não aceitar, como comprovantes de despesa com alimentação, hospedagem e combustível, as chamadas notas de despesa emitidas por alguns estabelecimentos comerciais, as quais geralmente não possuem numeração, nem indicam o CNPJ do estabelecimento;

IV - Verificar, para efetuar o pagamento de diária completa, restando comprovada a despesa com hospedagem, a hipótese de o empregado ter-se deslocado de sua sede no início da madrugada e, chegando ao destino, ter-se utilizado de acomodações de um hotel, retornando à sua sede no mesmo dia;

V - Analisar os documentos que compõem a comprovação da efetiva execução da diária e/ou indenização, atentando para sua veracidade e idoneidade. Em se tratando de nota fiscal, esta deverá seguir o modelo previsto na legislação fiscal reguladora do respectivo tributo, devendo ser exigida a primeira via, com informações mínimas, tais como a numeração, o CNPJ do estabelecimento, a data de emissão, a descrição da despesa e o valor;

VI - Verificar se as notas fiscais e/ou cupons fiscais apresentados na comprovação da efetiva execução da diária e/ou indenização, foram emitidas por estabelecimentos comerciais que desenvolvam atividades de alimentação, hospedagem e combustível quando for o caso.

VII - Comprovante da efetiva execução do objetivo da viagem, através da apresentação de ao menos 1 (um) dos seguintes documentos:

- a) lista ou declaração de presença;
- b) certificado da participação em cursos ou eventos;
- c) ata ou relatório da reunião em que tenha participado;
- d) outro documento idôneo que comprove a execução.

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665

Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra- Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União –
Três Barras

CODEPLAN-SC



Art. 9º - Independentemente da forma de pagamento das indenizações, se for antecipado ou após o deslocamento, o empregado deverá realizar a pertinente comprovação de despesa com a efetiva execução da diária e/ou indenização, na forma do art. 8º, devendo fazê-lo no prazo máximo de 15 (quinze) dias do seu retorno à sede.

§ 1º A comprovação da despesa com a efetiva execução da diária e/ou indenização deverá ser aprovada pelo Diretor Executivo e/ou Presidente do CODEPLAN-SC.

§ 2º Os cupons fiscais e/ou documentos que possam perder sua legibilidade, devem ser fotocopiados e anexados na pertinente comprovação de despesa com a efetiva execução da diária e/ou indenização, devidamente assinados pelo empregado.

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra – SC, 12 de dezembro de 2023

JEAN CARLO
MEDEIROS DE

SOUZA:02947929969

69

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito de Monte Castelo - SC

Presidente do CODEPLAN-SC

Assinado de forma digital por JEAN
CARLO MEDEIROS DE
SOUZA:02947929969

Dados: 2024.02.09 13:35:26 -03'00'

Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 – Mafra/SC – CEP 89.300-174

amplanorte@amplanorte.org.br 47 3642-0665

Bela Vista do Toldo -Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis – Mafra- Major Vieira – Monte Castelo -Papanduva -Porto União –
Três Barras

CVC**ATA 01 2024 CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC PROGRAMA USINA DE ASFALTO**

Publicação Nº 5604371

ATA DA 001/2024ª ASSEMBLEIA GERAL DO PROGRAMA USINA DE ASFALTO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC).

Às 09:30 do dia oito de fevereiro de 2024, reuniram-se de forma presencial, os representantes do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, conforme convocação de nº 01/2024 do dia 02/02/2024, publicada DOM 03/02/2024, com fundamento no artigo 13 do Protocolo de Intenções, do CVC, a ser realizada no dia 08 de fevereiro de 2024, com a seguinte ordem do dia:

- 1º) Aprovação do valor de 6 (quotas) no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), cada quota para termina das Obras;
- 2º) Comunicação de que lançada licitação da base e demais informações das demais obras em andamento e complementares;
- 3º) Ratificação mensalidade programa;
- 4º) Assuntos Gerais;

Fizeram-se presentes: o Presidente do CVC Delir Cassaro Prefeito de Coronel Freitas, Vice presidente CVC Jorge Comunello, Prefeito de Formosa do Sul, Diretor Executivo Diego Bassani, Mauro Francisco Risso Prefeito de Jardinópolis, Julcimar Antônio Lorenzetti Prefeito de Santiago do Sul, Edir Bagio Gerente programa Usina de Asfalto. Rafael Fábio Trevisan, Assessor Jurídico.

Aberta reunião, passada palavra ao Diretor Executivo, para início da pauta item 1) que passou a relatar as questões do andamento da implantação da usina, e passada discussão pelos presentes que relatam as questões do convênio do estado, que está na pendência de pagamento sendo que é indispensável para que se possa colocar em definitivo a implantação e utilização. Passada palavra do diretor de programa Edir Bagio, que relatou os assuntos da pauta, sendo iniciada pelo item 2, definição de valor para aporte, o qual já se encontra aprovado no orçamento, servindo a presente reunião apenas para formalização de qual o valor para o momento e qual a finalidade, sendo que a finalidade é de que esse valor seja utilizado na continuidade da implantação. Sendo que no momento ficou estabelecido em quotas entre os participantes, cada quota no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), sendo uma quota por participante, com a exceção de Coronel Freitas, que conta com duas quotas (assim sendo Coronel Freitas, R\$ 140.000,00 cento e quarenta mil reais); sendo que esse pagamento terá prazo até 30 de junho de 2024, que poderá ser pago em quota única ou de forma parcelada, a critério de cada município dentro de suas previsões, sendo aprovado. Item 3, ratificação da mensalidade, sendo exposto pelo Diretor Executivo. Explicado que os contratos foram feitos com previsão até o mês de junho, e que após será dado sequência com a cobrança dos mesmos valores, sendo feito novo contrato. Item 4) assuntos gerais, discutidos os demais pontos de implantação e previsão para funcionamento. Sendo encerrada, assinada pelos presentes. Encaminhada para os não participantes para ratificação.

ATA 36 ASSEMBLEIA GERAL CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

Publicação Nº 5604081

ATA DA 36ª ASSEMBLEIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC).

Às 08h15min (oito horas e quinze minutos), primeira chamada e as 08h30min (oito horas e trinta minutos) segunda chamada do dia 08 (oito) de fevereiro de 2024, reuniram-se de forma híbrida na sala de reunião da prefeitura municipal de Coronel Freitas, e virtualmente pela plataforma google meet: <https://meet.google.com/zts-sxcw-fuc> os representantes do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, foi realizada Assembleia Geral conforme convocação de nº 01/2024 do dia 02/02/2024, publicada DOM 03/02/2024, com fundamento no artigo 13 do Protocolo de Intenções, do CVC, a ser realizada no dia 08 de fevereiro de 2024, com a seguinte ordem do dia:

- 1º) Apresentação e aprovação da Prestação de Conta do exercício 2023;
- 2º) Ratificação do Decreto do Orçamento 2024;
- 3º) Apresentação e aprovação da alteração do Decreto que dispõe sobre regulamentação de diárias e despesas extraordinária dos servidores do CVC;
- 4º) Apresentação e homologação da Adesão do Município de Planalto Alegre;
- 5º) Leitura do Ofício da intenção de saída do CVC do Município de Itá, SC;
- 6º) Apresentação Relatório referente ao IR a ser restituído;
- 7º) Assuntos Gerais;

Fizeram-se presentes: o Presidente do CVC Delir Cassaro Prefeito de Coronel Freitas, Vice presidente CVC Jorge Comunello, Prefeito de Formosa do Sul, Diretor Executivo Diego Bassani, Mauro Francisco Risso Prefeito de Jardinópolis, Julcimar Antonio Lorenzetti Prefeito de Santiago do Sul, Luiz Daga Prefeito de Aguas Frias, Elton Mattes Prefeito de Alto Bela Vista, Marino Frey, Prefeito de Tunápolis, Alessandra Garcia Prefeita de Santa Cecília, Sadi Dallacorte, Prefeito de Planalto Alegre, Edilson Ferla, Prefeito de Nova Erechim, Edir Bagio Gerente programa Usina de Asfalto, Edson Regoso, Contador. Rafael Fábio Trevisan, Assessor Jurídico.

Diretor Executivo passou a apresentação das informações, leitura da convocação e pauta da ordem do dia. Em seguida relatando as receitas e despesas do exercício 2023. Apresentação de informações e exibição de dados em planilha apresentada em tela para os presentes e também no formato virtual. Passando a palavra ao Presidente, o qual colocou em discussão, e não havendo, colocou em votação, aprovada por unanimidade. Passado ao segundo item da pauta, explicação dos ajustes realizados no orçamento 2024, que já se encontrava aprovado, explicando que apenas foram ajustados elementos e informações, não alterando os valores inicialmente aprovados, sendo colocado nesse momento para ratificação. Ao Presidente, colocando que apenas foram falhas de digitação e soma, colocou em discussão, não havendo, colocou em votação, sendo aprovado pela unanimidade. Passou o Diretor ao item 03, reajuste decreto que trata de diárias dos integrantes da equipe CVC e diretoria, prevendo atualização, explicando os valores que estão sendo revistos devido aplicação de reajuste previsto. Passado ao Presidente, colocado em discussão, sendo abordado pelo Prefeito de Santiago do Sul, solicitando esclarecimentos, e tentando identificar se o critério é o melhor, sendo que permaneceu como proposto, colocado em votação, aprovado por unanimidade. Passado ao item seguinte, ingresso do Município de Planalto Alegre, colocado em discussão e votação, sendo aprovado pela unanimidade. Passado ao item 5, solicitação de saída do Município de Ita, para retirada do consórcio, sendo feita leitura, sendo explicado pelo Diretor que a permanência vai se dar por mais 6 meses, com pagamento da mensalidade em dia para após retirada. Sendo colocado em discussão e aprovação, sendo

aprovado. Item 6, devolução de IR aos municípios. Sendo explicado que foi feita devolução do IR do exercício 2023. Depois, explicação dos levantamentos de valores do ano de 2014 em diante, apresentação de valores. Passada palavra ao Presidente que passou a relatar as possibilidades. Palavra pelos prefeitos presentes. Apresentação de exposições pelo Contador Edson. Feitas colocações pelo assessor jurídico, de que houve conversa com Colegiado de Procuradores, sendo que vários se encontram com dificuldades para essa definição, do formato de devolução, quanto a legalidade, sendo que a ideia é no Estado ser formulada ao menos uma Nota de Orientação, ou parecer conjunto, para o fim de direcionar na solução desse assunto da maneira mais adequada. Sendo que ficou acordado pelos participantes, de que se espere ao menos um período para verificação do exposto, após será retomado em futura assembleia. Assuntos gerais, palavra aos participantes, sendo feito apontamentos pelo prefeito de Águas Frias. Sendo encerrada. Ata assinada pelos presentes, e será enviada para assinatura dos participantes online.

DECRETO 03 2024 DISPOEM SOBRE REVISÃO DOS VALORES REFERENTE A INDENIZAÇÃO A TITULO DE DIÁRIA, DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS E DESLOCAMENTO NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5604650



DECRETO/PRESIDENTE nº 03/2024 de 08/02/2024

"DISPOEM SOBRE REVISÃO DOS VALORES REFERENTE A INDENIZAÇÃO A TITULO DE DIÁRIA, DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS E DESLOCAMENTO NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC. Sr. Delir Cassaro, no uso de suas atribuições e na forma do artigo 19, IV, do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, em conformidade com o Decreto 16/2021;

DECRETA:

Art. 1º) Conceder a revisão dos valores referente a indenização a título de diária, despesas extraordinárias e deslocamento em percentual correspondente a 7,19% (sete inteiros e dezenove décimos por cento), correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC, acumulado do mês de outubro de 2021 a setembro de 2022, corrigindo os valores constantes nas tabelas do Capítulo I, Art. 04, e Capítulo II, Art. 05 § 1º do Decreto 16/2021, ficando assim descrito:

a) Diárias,

Cargos	Capitais de Estado, cidades do interior e outras localidades	Capital Federal e Exterior
Cargos da Diretoria e seus suplentes	696,73	857,52
Diretoria Executiva	535,95	696,73
Diretor de projetos, programas; gerente de projetos; diretor jurídico, assessor jurídico e outros.	482,35	589,54

b) Despesas deslocamento com meio próprio,

Distância de 0,1 à 10 km	Distância de 10,01 Km à 100 km	Distância final acima de 100 Km	Despesas com pedágios	Despesas por borracharia	Despesas por acidentes ou questões mecânicas
Indevido ressarcimento	R\$ 96,47	R\$ 1,39 ao Km desde a origem	Indevida	Devida conforme ocorrência comprovada	Indevidas

Art. 2º) Conceder a revisão dos valores referente a indenização a título de diária, despesas extraordinárias e deslocamento em percentual correspondente a 4,51% (quatro inteiros e cinquenta e um décimos por cento), correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC, acumulado do mês

Rua Iguazu, nº 264 - Centro - Fone: (49) 3347 0357 | 98801 0249 - 89.840-000 - Coronel Freitas - SC
www.consorciovcv.sc.gov.br | cvc@consorciovcv.sc.gov.br

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

de outubro de 2022 a setembro de 2023, corrigindo os valores constantes nas tabelas do Art. 01 deste Decreto, ficando assim descrito:

c) Diárias,

Cargos	Capitais de Estado, cidades do interior e outras localidades	Capital Federal e Exterior
Cargos da Diretoria e seus suplentes	728,15	896,19
Diretoria Executiva	560,12	728,15
Diretor de projetos, programas; gerente de projetos; diretor jurídico, assessor jurídico e outros.	504,10	616,13

d) Despesas deslocamento com meio próprio,

Distância de 0,1 à 10 km	Distância de 10,01 Km à 100 km	Distância final acima de 100 Km	Despesas com pedágios	Despesas por borracharia	Despesas por acidentes ou questões mecânicas
Indevido ressarcimento	R\$ 100,82	R\$ 1,45 ao Km desde a origem	Indevida	Devida conforme ocorrência comprovada	Indevidas

Parágrafo único: Os valores revisados neste Decreto serão aplicados as solicitações realizadas após a publicação deste ato, e os reajustes em conformidades ao Art. 11 do Decreto 16/2021.

Art. 3º) O presente Decreto do Presidente deverá ser homologado/ratificado em Assembleia Geral, para votação e aprovação;

Art. 4º) Este ato entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogado as demais disposições em contrário.

Coronel Freitas, SC, 08 de fevereiro de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE
DELIR CASSARO
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



Delir Cassaro
Presidente da CVC

PORTARIA 02 2024 CONCEDE GOZO DE FÉRIAS PARA SERVIDOR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5604661

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**PORTARIA 02/2024 – PRESIDENTE****De 08/02/2024****PORTARIA 02/2024**

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS PARA SERVIDOR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC. Sr. Delir Cassaro, Prefeito de Coronel Freitas, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC; e considerando ofício nº 02/2024 de 19 de janeiro 2024, solicitação enviado pelo Diretor Executivo,

RESOLVE:

Art. 1º) Conceder 15 (quinze) dias de Férias ao Sr. **DIEGO BASSANI**, ocupante do cargo de **DIRETOR EXECUTIVO**, portador da matrícula 210, referente ao período aquisitivo de 07 de março de 2022 a 06 março de 2023, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14/02/2024 a 28/02/2024, retornando aos serviços dia 29/02/2024, os 15 (quinze dias) restante do período serão gozados posteriormente, devido a necessidade de serviços e interesse da entidade.

Art. 2º) Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

Coronel Freitas, SC, 08 de fevereiro de 2024.



DELIR CASSARO
Presidente do CVC

Rua Iguazu, nº 264 - Centro - Fone: (49) 3347 0357 | 98801 0249 - 89.840-000 - Coronel Freitas - SC
www.consorciovcv.sc.gov.br | cvc@consorciovcv.sc.gov.br

PORTARIA 03 2024 DESIGNA SUBSTITUTO DIRETOR EXECUTIVO

Publicação Nº 5604636



ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

PORTARIA/DIRETOR EXECUTIVO nº 03/2024
De 09/ 02/ 2024.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC,
Sr. Diego Bassani, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo do Protocolo de Intenções do
CVC, em conformidade com Resolução nº 01/2024;

Considerando o previsto no Art. 24 capítulo X, do protocolo de Intenção do Consórcio
Intermunicipal Velho Coronel – CVC;

Considerando a Portaria nº 02/2024 que concede férias ao Diretor executivo;

Considerando a necessidade da continuidade das atividades e serviços do órgão;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a Sra. Ivonara Carla Bortoletti, para dentre suas funções, substituir o Diretor
Executivo e responder pelo expediente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, no período
de 14.02.2024 a 28.02.2024

Art. 2º As determinações entram em vigor na data da sua publicação.

Coronel Freitas, SC, 09 de fevereiro de 2024.

DIEGO
BASSANI:058342
08932

Assinado de forma digital por
DIEGO
BASSANI:05834208932
Dados: 2024.02.09 14:58:47
-03'00'

DIEGO BASSANI
Diretor Executivo
Consórcio intermunicipal Velho Coronel - CVC

Rua Iguaçu, nº 264 - Centro - Fone: (49) 3347 0357 | 98801 0249 - 89.840-000 - Coronel Freitas - SC
www.consorciovcv.sc.gov.br | cvc@consorciovcv.sc.gov.br

CIGAMVALI**RESOLUÇÃO Nº 011, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2024. ESTABELECE PONTO FACULTATIVO PARA EXPEDIENTE AOS SERVIDORES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 5602660

RESOLUÇÃO Nº 011, de 08 de fevereiro de 2024.

Estabelece ponto facultativo para expediente aos servidores do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI.

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar como ponto facultativo para expediente aos servidores do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI o dia 12 de fevereiro de 2024 (segunda-feira).

Parágrafo único: Desde que justificado, qualquer servidor poderá ser convocado ao trabalho por seus superiores hierárquicos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul - SC, em 08 de fevereiro de 2024.

Clezio José Fortunato

Presidente do CIGAMVALI